

3

POLITICAMENTE FALSÁRIOS*

Quando os humanistas, num cansaço da Idade Média e dos seus valores, se voltaram para a Antiguidade Clássica e começaram a identificar ruínas e a palmilhar cidades, depressa as lápides com letras e as inscrições em arcos de triunfo, nas pontes e nos templos lhes despertaram a atenção. Tinham nos livros as narrativas, as peças de teatro, os discursos. Mas, aí, bastas vezes andara mão de frade, acrescentando aqui, omitindo voluntariamente acolá. As pedras, essas, mantinham a frescura original, eram o documento por excelência, tal como saíra das mãos do gravador de antanho. Ao fascínio pelos grandes monumentos imorredoiros ajuntava-se, agora, o interesse pelos escritos em pedra, tanto mais que eles se revestiam – não havia dúvida – de um certo secretismo, exarados como estavam numa linguagem que, à primeira vista, se diria quase esotérica, necessitada de cerimonial iniciático – que tantas eram as siglas e as abreviaturas usadas.

E o interesse pela História Antiga, num período em que as nacionalidades de novo sentiam precisão de se afirmar como um todo pleno de tradição individualizada e nobre, esse interesse levou à ligação cada vez mais

* O presente texto é, na sua essência, a lição apresentada nas provas de agregação que realizei a 25 de Junho de 1990, na Universidade de Coimbra. Foram-lhe acrescentadas as notas de apoio bibliográfico, mas optei por não eliminar o carácter de oralidade próprio de uma lição.

Constitui para mim um privilégio ver este apontamento integrado no volume de homenagem ao Doutor Américo da Costa Ramalho, distinto Mestre em cujos escritos aprendi a interligar melhor a Antiguidade Clássica com o Humanismo português e para quem a obra de André de Resende não foi – de modo nenhum! – alheia: veja-se, a título de exemplo, a entrada «Resende» em Ramalho 1988, p. 211.

íntima entre o glorioso passado romano e a história nacional. Muitos dos factos importantes de outrora – mormente aqueles que, afinal, a tradição e as fontes não saberiam localizar devidamente – vinham a ser considerados próprios por cada um dos ditos historiadores nacionais. Ele é a tropelia de um deus que se passa neste monte (e os escritores latinos, por inadvertência ou falsa sabedoria, o não haviam indicado). Ele era a batalha célebre que, ao resto, fora naquele descampado ali e não noutra qualquer da Península Itálica ou de África.

Ente nós, os Lusitanos e a sua decantada resistência contra o invasor romano cedo ganharam relevo maior. O Lusitano só pela traição fora vencido. Exemplo de sobriedade, de espírito de sacrifício, de entrega total a uma causa, assumia-se Viriato como um herói a imitar¹. E Sertório tivera, além da bravura bélica, um notável interesse (dizia-se) em iluminar os mais pela cultura: merecia, por conseguinte, um carinho especial².

Não é, pois, de admirar que os humanistas portugueses tenham exalçado – e esta é, seguramente, uma história ainda por fazer de forma sistemática – a figura de Viriato, de Sertório e, de um modo geral, dos Lusitanos. De quem, de resto, começámos então a ser considerados os directos descendentes. Lusitanos, Portugueses, Lusos são termos que, bastas vezes, andam confundidos nas obras dos séculos XV, XVI e XVII³.

André de Resende é, seguramente, um dos mais lídimos representantes desse ideal. Recordemos, em síntese, alguns dos traços mais salientes da sua biografia que particularmente nos interessam⁴.

¹ «Os Portugueses de hoje consideram este seu remoto antepassado lusitano uma das mais belas e sugestivas figuras simbólicas do nosso indomável espírito de independência, de estoica heroicidade e de sacrifício total pelas liberdades pátrias», escreveu Mário Cardoso (1971, p. 332). O Doutor Rosado Fernandes teve ensejo de sublinhar essa mesma ideia: «As descrições da indomável coragem de Viriato, imagem do bandido inocente, 'sem medo e sem mácula', visam unicamente valorizar o presente e acalentar a esperança da forte capacidade portuguesa no meio da adversidade» (1984, p. 504).

² «Évora, confiada em tradições e nas audaciosas afirmações de Resende e de outros autores, reivindica papel preponderante na época sertoriana», escreve Cunha Serrão (1971, p. 844).

³ Veja-se, a propósito, o artigo de A. C. Ramalho sobre a palavra «Lusíadas» (1975-1976) e o tema «Lusitania versus Portugale» versado pela Dra. Virgínia Soares Pereira na introdução ao seu livro (1988, pp. 43-48). Referências também ao mesmo tema em Ramalho 1980, pp. VIII-IX e 8-13, e em Fernandes 1984, pp. 494-495.

⁴ Sobre a vida e obra de André de Resende poderão consultar-se, entre outros: Rebelo 1971; Martins 1986, pp. 220-223 (n.ºs 2969-3014); Pereira 1988, sobretudo pp. 13-15;

Natural de Évora, estudou em Lisboa e cedo entrou no convento de S. Domingos da sua cidade natal. Aos treze anos, começou a cursar Latim e Retórica na Universidade de Alcalá de Henares, donde passou para Salamanca. Toma contacto em Lovaina, nos finais da década de vinte, com as ideias erasmianas⁵ – a Erasmo chamará mais tarde «varão de penetrantíssimo engenho» e chegará mesmo a escrever, a pedido de Clenardo, uma ode à sua memória. Sabemos que, em 1533, recolhe de novo ao convento de S. Domingos e que, em meados de Quinhentos, tinha em Évora uma escola pública que, porém, não terá hesitado em fechar quando o ensino foi oficialmente entregue à Companhia de Jesus. Viveria, então, em Évora e em Lisboa e os seus últimos anos (falecerá em 1573) são ocupados como invariavelmente o foram os de todos os autênticos humanistas: na escrita e na oratória⁶. Das suas intervenções públicas pouco ou quase nada nos chegou; da obra escrita, algo ficou, embora só pouco a pouco um dia se logrará reunir a muita correspondência que – como era hábito na época – trocou, em Latim, com humanistas nacionais e europeus⁷.

Da obra latina de André de Resende, enumerou o Prof. José Pereira Tavares (que de perto seguimos) dezoito títulos, seis dos quais dados à estampa após a sua morte. Dos escritos em vernáculo, são quatro os principais⁸.

Para o tema que nos interessou, dois são os seus textos fundamentais: a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* e o chamado *De Antiquitatibus Lusitaniae*.

Ramalho 1988, *passim*. O Doutor Rosado Fernandes (1984) debruçou-se sobre a metodologia seguida por André de Resende na elaboração do *De Antiquitatibus Lusitaniae*. Outras referências ao papel da obra de Resende na História Antiga: Encarnação 1979, pp. 17-20; Fabião 1989, pp. 13-14.

⁵ Sobre André de Resende e Erasmo, ver Ramalho 1988, pp. 189-192.

⁶ «Aos poucos vão-se cortando as pontes que o ligavam ao exterior. Resta-lhe a correspondência, e mesmo essa vai escasseando. Não deixa de participar em actos públicos de grande importância, mas o desencanto atinge-o, sinal dos tempos anuviados que se vivem. Passado que foi o tempo das grandes gestas, Portugal defronta-se com o problema da sua independência como país. Por outro lado, a Inquisição e os índices expurgatórios instalam a suspeita, o medo, o vazio» (Pereira 1988, p. 56).

⁷ Trabalho modelar foi feito nesse sentido pela Dra. Virgínia Soares Pereira, ao editar a carta a Bartolomeu de Quevedo (1988), comentando-a miudamente e integrando-a, com saber e competência, na época do seu autor.

⁸ Tavares 1963, pp. XVI-XXIV (para a bibliografia latina) e XXV-XXXVIII (sobre o escritor vernáculo). Cf. também Faria 1974, pp. 45-74, e Pereira 1988, pp. 14 (nota 1) e 237-238.

A *História da Antiguidade da Cidade de Évora* teve a sua 1.^a edição em 1553, precisamente no período em que se situa a sua presença na cidade, à frente duma escola pública. André de Resende ainda chegará a introduzir alterações no texto – mas a 2.^a edição daí resultante só verá a luz do dia em 1576, ou seja, três anos após a sua morte. É póstuma também a 1.^a edição, em Évora (1593), dos *Libri Quatuor De Antiquitatibus Lusitaniae*. Esses quatro livros foram posteriormente integrados numa colectânea que a Universidade de Coimbra editou, em 1790, sob o título *L(ucii) Andr(eas) Resendii Eborensis De Antiquitatibus Lusitaniae Ceteraque Historica Quae Exstant Opera*, em dois volumes. Só o primeiro nos interessa porque é nele que se reeditam os quatro referidos livros e, também, a tradução latina da *História da Antiguidade da Cidade de Évora*⁹.

Seja-me permitida, desde já, uma observação suscitada pela simples menção dos títulos das obras em questão: em ambas, a palavra-chave é *antiguidade*. Antiguidade de Évora, antiguidades da Lusitânia. A intenção de ambos os escritos está, aqui, bem evidente, na linha do que de mais genuíno se há-de pedir a um humanista: pugnar pela demonstração cabal da *antiguidade* da sua cidade natal e do seu país. E *antiguidade* significava, então, ascendência romana: daí que o I capítulo da *História da Antiguidade da Cidade de Évora* trate do «vero nome desta cidade», que é latino, evidentemente; daí que Portugal se identifique – na 2.^a obra – com a Lusitânia dos Romanos¹⁰.

A *História da Antiguidade da Cidade de Évora* vai dedicada ao príncipe D. João, filho de D. João III, que em Évora nasceu (a 3 de Junho de 1537). Feita a pedido da Câmara – que se aprontava para a mandar «trasladar» e oferecer ao príncipe – apressou-se André de Resende a fazer uma manobra de antecipação, mandando-a imprimir e oferecendo-lha pessoalmente: «Quis-me antecipar com dar primeiro a Vossa Alteza este gosto, que sei que há-de ter, da antiguidade da sua pátria» (p. 6). Tem, por isso, um prefácio dirigido «aos vereadores, procurador e escrivão» (pp. 8-10) sobre que, antes de mais, nos interessa reflectir por – como é de uso – nele se repercutirem as ideias-mestras do escrito.

De facto, acentua André de Resende «a graça e a majestade» que envolvem as coisas antigas, «per que de todos», diz, «se fez ter em reverência». Daí que muitos, «quando com verdade não podiam, per outra via

⁹ Sigo, para a *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, a edição dos Clássicos Sá da Costa; para o *De Antiquitatibus...*, a edição da Universidade de Coimbra.

¹⁰ Sobre esta identificação, ver as referências bibliográficas feitas na nota 3.

procurassem de se mostrar mais antigos» – o que, no seu entender, não deverá, apesar de tudo, ser alvo de crítica: «permitamos isto à vulgar opinião, quer seja erro quer não seja, nem repreendamos o que todas as nações oculta e abertamente procuram», já que «não faltam autoridades da Sagrada Escritura» a mostrar que «a antiguidade das cidades deve ser prezada» (p. 9).

Neste singelo passo se corporiza, pois, a filosofia que presidiu à obra de André de Resende: prezar a antiguidade das cidades é causa tão nobre e tão abençoada das Sagradas Escrituras que, se à verdade aqui e acolá se acrescentar uma lenda, não se merecerá daí censura.

Trata o I capítulo do «vero nome» de Évora – *Ebora*. «Assim o escreve Plínio, assim Pompónio Mela, assim Antonino Pio em seu *Itinerário*; assim os livros mais emendados dos concílios e assim está em um letreiro antigo em casa do capitão dos ginetes, em três que eu em minha casa tenho e em outro na rua da Selaria, meio quebrado, e em uma coluna per que se contavam as milhas além de Tourega, per a estrada antiga que ia pera Alcácer» (pp. 11-12).

O texto transcrito é deveras significativo do uso das fontes por parte de André de Resende. A afirmação é justificada, primeiro, por escritores latinos (Plínio, Pompónio Mela); depois, por uma fonte documental, o chamado *Itinerário* de Antonino; finalmente, pela epigrafia, onde se inclui um miliário. No caso vertente, as citações poderão eventualmente ser testadas; noutras ocasiões, porém, o mesmo argumento é utilizado, mas sempre de forma tão vaga que se requereria o miúdo compulsar dos autores citados para se ajuizar da validade da asserção aduzida. Um estudo (creio) ainda por fazer e que poderá trazer luzes interessantes, designadamente no que respeita aos textos clássicos mais lidos e apreciados pelos humanistas europeus.

O capítulo II intitula-se da «muita antiguidade de Évora». Também aqui André de Resende faz doutrina. E, curiosamente, depois de, no prefácio aos vereadores, ter pugnado pela condescendência perante uma que outra falsidade em relação ao passado, demarca-se aqui, claramente, dos falsários, citando Floriano del Campo «que se atreveu, com nome de cronista, fazer e publicar origens e antiguidades fabulosas» e proclamando:

«*Eu não escreverei salvo o que achar por autores dignos de fé ou por escrituras de pedras ou o que de nossos olhos inda podemos ver*» (p. 14).

Trata-se, é evidente, dum estratagem normal de valorização do testemunho. Neste caso, um «letreiro antigo que está em S. Bento de Pomares» onde se refere a morte de Lúcio Sabino, «trespassado de multidão de lanças e armas» por ocasião das lutas de Romanos contra Viriato, ocorridas justa-

mente «em o campo de Évora», *in eborensis agro*. O episódio situar-se-ia em 146 a. C., aquando da derrota sofrida pelo pretor C. Pláucio Hipseu, comandante da Hispânia Ulterior, após o saque da Carpetânia (cf. ALARCÃO 1988, p. 19).

É, sem dúvida, um documento forjado para confirmar a «muita antiguidade da cidade», datando-a logo dos primeiríssimos tempos da vinda dos Romanos à Península. E os argumentos a aduzir poderão ser os seguintes:

- 1) O defunto não vem identificado como seria normal na Península Ibérica nesses meados do século II a. C., com *praenomen* e gentilício, mas sim com *praenomen* e dois cognomes – *L(ucius) Silo Sabinus*.
- 2) As abreviaturas usadas não obedecem às regras epigráficas: o gentilício, nesta época, dificilmente viria abreviado, tanto mais que apenas se precisavam de escrever mais três letras *PLAVTIVM* (em vez de *PLAVT.*); se *F. I.* – por *F(ieri) I(ussit)* – se documenta, *M(ihi)* não viria em sigla, nem *serv(is)* e *lib(ertis)* em abreviatura.
- 3) Todo o texto se encontra redigido em linguagem claramente literária: *multitudine tellorum confossus, ossua quorumcumque sepulcro meo erui, si secus fiet* – são frases que nada têm de lapidar (mesmo em contexto poético) e muito de estilo humanista.
- 4) Finalmente, e sem nos determos sobre a possibilidade de, alguma vez, se ter usado a expressão «bellum contra Viriatum», há dois anacronismos que, em epigrafia, nunca seriam admissíveis: *a*) a referência à província da Lusitânia, que só com Augusto será criada (vide ALARCÃO 1990, p. 320); *b*) o uso da frase *si patria libera erit*, numa altura em que as noções de «pátria» e de «liberdade» não pertenciam ao vocabulário usual.

Trata do tempo de Sertório o capítulo III da obra. «Por Évora ser de nobre e grande povo» contribuiu para as hostes sertorianas com uma coorte e, como prova de gratidão e como, por outro lado, a cidade se encontrava estrategicamente bem localizada «em meio da Lusitânia», Sertório «tomou em ela seu assento (...) e fez sua casa, que inda agora se chama de Sertório». O recurso à tradição, portanto, confirmado por um «elegante letreiro que haverá seis anos se descobriu junto das mesmas casas» (pp. 16-17).

Nesse mesmo capítulo, atribui André de Resende a Sertório a construção da muralha da cidade e do aqueduto da água da Prata» – afirmação que

documentará com uma inscrição no livro sobre as antiguidades da Lusitânia¹¹.

Depois de, no capítulo IV (pp. 19-22), dissecar sobre o direito das colónias e municípios romanos, demonstra «que Évora era município latino» (capítulo V – pp. 22-23), privilégio que lhe foi outorgado por César (capítulo VI – pp. 24-27), como se prova por mais uma epígrafe que André de Resende teve o cuidado de forjar – «estava em Santiago», escreve ele...

Referem-se, no capítulo VII (pp. 27-28), os flâmines e flamínias – que André de Resende compara aos bispos (porque também lhe interessará demonstrar mais adiante – capítulo X – que Évora «é de mui antigo bispado»). É nesse capítulo que dá o texto de Labéria Gala que «está inda agora em casa do capitão dos ginetes, por peitoril de uma janela», flamínia cuja existência confirma pela homenagem que, por ocasião de sua morte, os decuriões de Collipo lhe quiseram prestar, como se lê (escreve André de Resende) numa pedra existente em Leiria: «impensam funeris, locum sepulturae et statuam decreto decurionum colliponensium datam» (p. 28).

Além de Labéria Gala, cita André de Resende Júnia Verecunda, flamínia perpétua, a promotora do monumento a Gaio António Flavino.

O capítulo VIII (pp. 29-31) é pretexto também para dar conta «de dois homens naturais de Évora». Dum «fala aquele cipo grande que em casa tenho» (escreve André de Resende) – e que hoje se mostra no museu de Évora (CIL II 18*). Ao outro (CIL II 19*) se referia uma «memória que foi achada em os fundamentos de N.^a Sr.^a da Graça». Em relação a esta será interessante repetir o que o mestre humanista achou por bem especificar:

«Quando eu acudi, tinham já os pedreiros um pedaço dela quebrado e posto na obra, sem o resguardar, de modo que o não pude haver» (p. 30).

Não o pôde haver, mas reconstituiu-o. A reconstituição mostra-se no museu de Évora. E, para dar uma aparência mais autêntica, André de Resende mandou picar a superfície (que não o texto) aqui e acolá, ‘esquecendo-se’ de que afirmara que apenas um pedaço dela estava quebrado...

Os capítulos seguintes já não nos interessam directamente. Embora tenhamos concluído que também seria útil cotejarem-se cuidadosamente as referências feitas por André de Resende às fontes em que se baseou para – por comparação – ajuizarmos melhor do crédito a dar a toda a sua obra.

¹¹ Livro V, p. 14. Sobre este aqueduto, ver: Pereira 1988, pp. 100, 101 e 172 (nota 81) e Ramalho 1988, pp. 126-127.

Fizemos uma leitura do livro sobre a antiguidade de Évora e aproveitámos o ensejo para, de imediato, tecermos as nossas considerações, apontarmos critérios de análise, exemplificarmos argumentos.

Procuremos, agora, em síntese, dar conta – através de exemplos diversificados – de como André de Resende utilizou os textos epigráficos. O objectivo da pesquisa feita foi, pois, o de ajuizarmos do valor da sua obra para a elaboração dum *corpus* da epigrafia peninsular; se as suas leituras oferecem garantia; até que ponto as suas informações são dignas de crédito.

A metodologia a utilizar é, por consequência, bem simples, como vimos: o cotejo dos seus textos com os dos monumentos existentes, quer eles sejam autênticos ou forjados.

Começemos por dois textos autênticos: uma inscrição monumental e um texto honorífico oficial.

Escolhemos o lintel de calcário, existente no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, de Faro (IRCP 11).

Aí se regista a dedicatória oficial feita, a expensas suas, por dois séxviros (*M. Cornelius Eridanus et G. Iunius Receptus*) de (verosimilmente) um templo em honra do culto imperial, por ocasião da sua elevação ao sexvirado. Uma atitude comum: a eleição para um cargo implicava o dispêndio da *summa honoraria* em benefício da população.

Ora, como é que André de Resende se refere ao monumento?

No livro IV, folha 184, do *De Antiquitatibus*, escreve que se trata de um «cippus» e transcreve

M. CORNELIVS ERIDIMVS. C.
IVNIVS. RECEPTVS. OB HONO
REM. IIIIII VIR. D. S. P.
D. D.

Na folha seguinte, dá a interpretação:

«Marcus Cornelius Erydimus [sic] Caius Iunius receptus [sic] ob honorem Seuiratus de sua pecunia dedicarunt»

Por conseguinte:

- a) quanto à tipologia, praticamente tudo é para André de Resende um «cipo», o que determina não nos podermos basear nessa informação para deduzir conclusões neste domínio;

- b) quanto ao texto (e mesmo sem entrar em linha de conta com o ET sito na moldura e que passara despercebido até há oito anos atrás), a leitura é quase fiável (*Eridimus* por *Eridanus* não é grave);
- c) a interpretação é que já põe mais algumas reservas, porque André de Resende se limita a dar o texto por extenso sem o comentar e, por isso, o facto de pôr *Receptus* em minúscula tanto pode ser simples gralha como não.

Mais interessante é, porém, a homenagem prestada a Agripina pela *Civitas Aruccitana* (cf. ENCARNAÇÃO 1989). O monumento estava já no séc. XVI no ângulo da parede da cerca do convento das religiosas do castelo, em Moura. E André de Resende transcreve-o para justificar que Moura fora, no tempo dos Romanos, a Nova Civitas Aruccitana, já que a Arucci Vetus se localizara decerto onde hoje fica a cidade espanhola de Arouche.

Vejamos, então, qual a transcrição dada por André de Resende (1790, IV, f. 172):

IVLIAE . AGRIPPINAE
 CAESARIS. AVG. GERMANICI
 //// MATRI. AVG. NOVA
 CIVITAS ARVCCITANA

Ou seja (ainda na opinião do humanista):

Iuliae Agrippinae Caesaris Augusti Germanici Matri Augustae nova civitas Aruccitana.

O cipo – pois que de um cipo se trata e não de uma placa como se pensara – foi há três anos atrás retirado da parede onde durante séculos estivera e depositado no Museu Arqueológico de Moura. Pude, assim, resolver as dúvidas com que os vários autores (nomeadamente a partir de Hübner) se tinham debatido não só acerca do verdadeiro nome romano de Moura como também acerca da Agripina a quem a homenagem era feita.

A leitura é a seguinte:

[IV]LIAE. AGRIPINA[E]
 [C.] CAE[SA]RIS . AVG. GERMAN[II]
 [CI] . MATRI . AVG. N
 CIVITAS ARVCCITANA

[IVLIAE . AGRIPINA[E] / [C(aii)] CAE[SA]RIS . AVG(usti) GERMAN[I] / [CI] . MATRI . AVG(usti) . N(epti) / CIVITAS ARVCCITANA

A Júlia Agripina, mãe de Gaio César Augusto Germânico, neta de Augusto – a cidade Arucitana.

A Agripina aqui referida é a Agripina Maior, mulher de Germânico e mãe de Calígula. E a homenagem é póstuma, datável com toda a probabilidade do ano 37 (Agripina morreu a 33), dum período, portanto, em que toda a política do imperador se dirigia para a reabilitação da memória de seus pais, em clara oposição ao que fizera seu antecessor, Tibério. Daí que Agripina seja apresentada como neta de Augusto, numa vontade de legitimar, pela via da hereditariedade, a subida de Calígula ao poder imperial. A homenagem é, conseqüentemente, eco duma generalizada manifestação de solidariedade por parte da população, que tem, não muito longe, em *Aritium Vetus*, uma outra demonstração bem sensível: é o conhecido *iusiurandum Aritiensium* (IRCP 647) datado de escassos 52 dias após a morte de Tibério (11 de Maio de 37). Significativamente, dando corpo à ideia de que Calígula é um novo Augusto, os Aricienses invocam, no seu juramento, Júpiter Ótimo Máximo e o divino Augusto.

O perigo que, do ponto de vista histórico, representa uma leitura passiva, acrítica, de André de Resende fica, assim, bem demonstrado.

Retomemos, agora, um outro caso, a homenagem à flamínia Labéria Gala prestada por cinco dos seus libertos¹².

A presença duma lista de libertos não é, à primeira vista, uma grande novidade, digna de estranheza. Registamo-las em diversas inscrições romanas da Península. Uma das inscrições mais citadas a esse propósito provém do termo de Saguntum, está hoje no Museu Provincial de Belas Artes de Valência e refere-se ao monumento funerário que os libertos de um Marco Várvio mandaram fazer para si¹³. Geralmente, porém, o contexto não é laudatório, como aqui, mas funerário. O saudoso Dr. Santero Santurino recorreu-o no seu trabalho sobre as associações populares romanas (1978), incluindo esses textos no âmbito dos colégios funerários formados por

¹² Cf. Resende 1790: I, p. 3; V, pp. 24-25; Tavares 1963, pp. 27-28; e também IRCP, p. 442.

¹³ CIL II 3944 = ILER 3509; Beltran Lloris 1980, n.º 213 (pp. 180-181). Nas inscrições CIL VI 1939, 11539, 22467 e 29198, da cidade de Roma, a palavra *liberti* identifica no final, como aqui, uma lista de nomes.

escravos e/ou por libertos (*o. cit.*, pp. 82-86). E a estrutura dos textos nunca é assim. Ou a palavra «liberti» surge no início ou cada qual se identifica como tal, por meio das siglas consagradas.

O que mais me levou a suspeitar da autenticidade do monumento – na sequência, aliás, de Emílio Hübner – não foi, porém, a sua característica marcadamente honorífica, foi o seu desaparecimento. É que também cedo se perdera o rasto da outra epígrafe, de Collipo¹⁴, onde se referiam as homenagens póstumas ali prestadas à flamínia...

Creio que este é, de facto, um dos textos onde maiormente se manifestou o notável poder de «síntese» do humanista eborense. Nos títulos da flamínia inspira-se nitidamente no de Flávia Rufina, também ela filha de Lúcio (IRCP 183): esta é *flaminica provinciae Lusitaniae item coloniae emeritensis perpetua et municipii salaciensis*; Labéria é *flaminica municipii eborensis* e também *flaminica provinciae Lusitaniae*. Não reparou André de Resende que deveria ter posto em primeiro lugar o cargo provincial e que, a manterem-se os dois, um deles teria de ser honorífico. Quanto aos dedicantes, é flagrante a semelhança com o texto da homenagem feita a Sertório pelos seus libertos. Finalmente, o texto de Collipo – desaparecido também, quando tantos outros se mantiveram até hoje, ainda que encastrados nas muralhas de castelos... – inspira-se na eventual existência aí dum *Sulpicius Claudianus* (CIL II 340, lápide igualmente desaparecida)¹⁵, e nos habituais formulários honoríficos. Se outra epígrafe de homenagem à flamínia devesse ter existido, o mais natural era que aparecesse em Pax Iulia, capital do *conventus*. Mas isso, atendendo à rivalidade entre as duas cidades, teria sido demasiado perigoso para André de Resende, que preferiu escolher uma cidade menos... incómoda!

O carácter encomiástico do contexto em que a epígrafe é citada – para mostrar que Évora também tinha flâmine e flamínia «notabilíssima» – corrobora, depois, as suspeitas levantadas.

Dos textos alusivos a Sertório, dois nos chamaram, de modo particular, a atenção: a já referida homenagem feita pelos seus libertos¹⁶ e a acção de graças pela vitória¹⁷.

¹⁴ Vide Brandão 1972, pp. 61-66.

¹⁵ Vide Brandão 1972, n.º V (pp. 67-70).

¹⁶ Resende 1790, V, p. 15; Tavares 1963, p. 17; CIL II 12*.

¹⁷ Resende 1790, IV, p. 241; CIL II 5*.

Guarda-se o primeiro no museu de Évora – que André de Resende teve o cuidado de o mandar expressamente gravar (Fig. 1). A tipologia do monu-

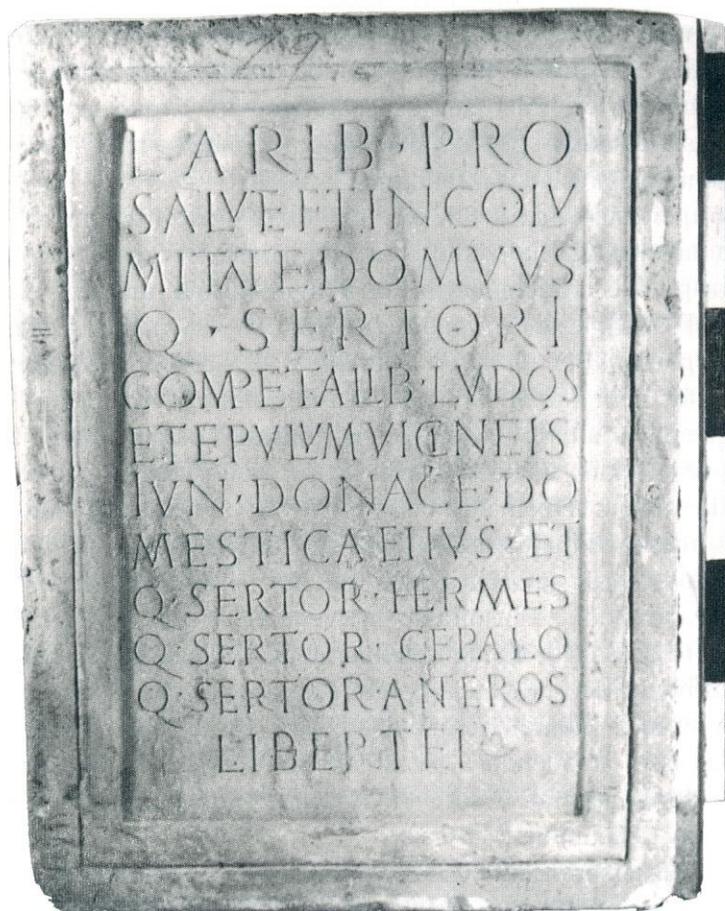


FIG. 1 – A dedicatória aos Lares, pela saúde e incolumidade de Sertório.

mento (um cipo quando deveria tratar-se de uma ara ou mesmo duma árula para figurar no *lararium* familiar...); o seu bom estado de conservação; a paleografia (abuso de nexos e inclusões, não obstante o cuidado em seguir a grafia da escrita monumental quadrada); os anacronismos fraseológicos («pro salute et incolumitate» é expressão usada nas dedicatórias imperiais mormente a partir do séc. III¹⁸, enquanto as formas *vicineis*, *eiius*, *libertei*

¹⁸ Aliás, na Península Ibérica, Hübner só regista um testemunho do uso de fórmula semelhante, *ob incolumitatem*, num altar colocado em honra de Júpiter Conservador (CIL II

pretendem documentar uma época arcaizante) – são alguns dos argumentos em que nos baseamos para demonstrar a falsidade do monumento. E se as Compitais (*Compitalia*) eram, de facto, festas romanas em honra dos deuses Lares – das encruzilhadas – termos como *vicini, domestica, domus* não são usuais na documentação epigráfica disponível. O próprio cognome *Donace* é extremamente raro¹⁹ e não nos repugna admitir – com Hübner – que André de Resende o tenha recolhido da dedicatória feita, em Tarragona, por Pompeia Donace, a seu marido, L. Cornélio Celso, um dos prefeitos da orla marítima, inscrição já conhecida na sua época (CIL II 4266 = ILER 1325 = RIT 169). Aliás, se se tratava duma *domestica*²⁰, teria decerto estatuto servil e, por isso, apenas se identificaria com um nome. E, caso fosse liberta, o gentilício seria certamente o do seu senhor, *Sertoria*, como o dos três libertos mencionados a seguir.

O texto de acção de graças pela vitória diria o seguinte (em português):

«A Júpiter Ótimo Máximo. Por terem sido vencidos, por Quinto Sertório, Metelo e Pompeu – Júnia Donace trouxe como presente uma coroa e um ceptro em prata e a fíala cinzelada à flamínia e ofereceu uma ceia aos escravos do templo».

Que se trata duma cópia basta atentar (Fig. 2) nas barras intermédias dos EE, mais curtas; nos pontos colocados no nível inferior da linha e no travessão sobre o A para indicar a nasalização.

É forjado por se inserir no contexto de exaltação de Sertório: devido à sua vitória sobre Metelo, as mulheres de Évora fizeram romarias de acção de graças a templos particulares, neste caso concreto ao templo sito onde hoje fica a capela de São João das Arranas, no actual concelho de Alcácer, donde proviera justamente a inscrição feita pela flamínia Flávia Rufina a Júpiter Ótimo Máximo (IRCP 183). Daí a ‘contaminação’, porque o normal, numa

4052 = ILER 96). Os exemplos da expressão *pro salute et incolumitate* documentados na Dácia referem-se na sua quase totalidade a Caracala (198-217): vide Russu 1980, n.ºs 227, 312 e 351; idem, 1984, 290 (este, a Adriano) e 318.

¹⁹ De *Donace*, não identifiquei, de facto, mais testemunhos nas pesquisas bibliográficas que fiz. O antropónimo terá tido, certamente, origem no nome comum *donax, acis*, latinização do grego δόναξ, nome de uma espécie de peixe marinho.

²⁰ De acordo com as informações contidas, s. v. «domesticus», no dicionário de De Ruggiero, «são poucas as inscrições que mencionam *domestici* e todas do século III. De um modo geral, o termo surge em contexto militar – os *domestici* constituem, como se sabe, um corpo de tropas imperiais relacionáveis com os *protectores* – ou em contexto religioso, qual predicado de divindades como a Fortuna, os Lares, Silvano...

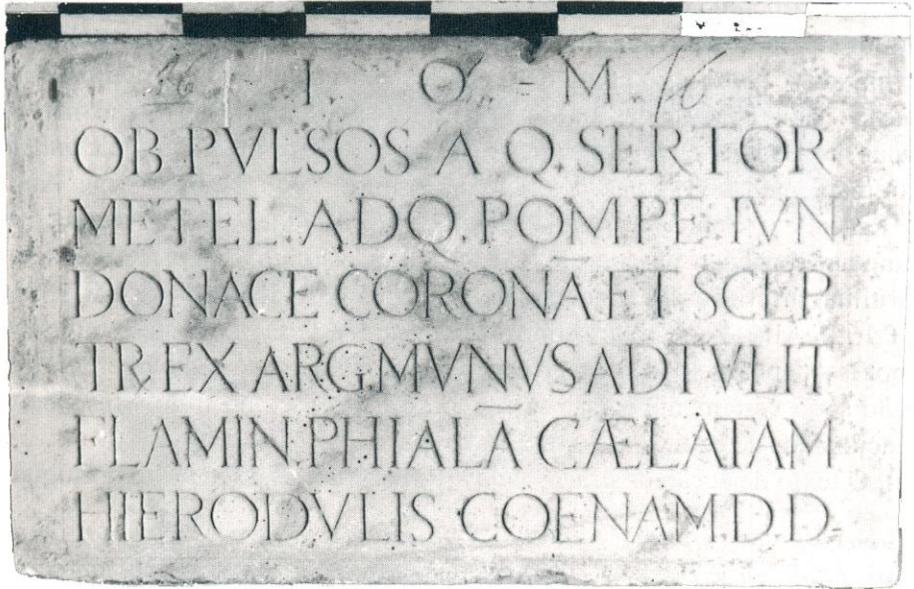


FIG. 2 – Acção de graças a Júpiter Ótimo Máximo pela vitória sobre Metelo e Pompeu.

circunstância destas, seria uma dedicatória a Marte. Flamínias, por outro lado, só se documentam a partir do estabelecimento do culto imperial; e o tipo de ofertas feito é, seguramente, retirado de textos literários. Aliás, o próprio Frei Bernardo de Brito, ao transcrever este texto, tem o cuidado de observar: não se estranhe o uso do termo *hierodulus*, que está atestado em Júlio Fírmico...²¹.

Falámos de Sertório. Revejamos, agora, quatro dos textos que directamente se prendem com a importância da cidade de Évora²².

O primeiro²³ é a homenagem a César, que o humanista traduz assim:

²¹ Brito, I, 1597, f. 289 v. e 290.

²² Este enaltecimento de Évora é quase obsessão em André de Resende. Recorde-se que reivindica para a cidade uma permanência de Daciano, dado que Évora estava, nessa altura, «praticamente ao mesmo nível» de Mérida, capital da província (Pereira 1988, pp. 115 e 117); São Manços, «discípulo de Cristo», foi o «primeiro bispo de Évora» (idem, pp. 165-166, nota 40); os mártires Vicente, Sabina e Cristeta nasceram na Évora portuguesa e não na Talavera espanhola (idem, pp. 28-30).

²³ Cf.: Resende 1790, V, p. 20; Tavares 1963, pp. 24-25; CIL II 16*; Barata 1903, p. 71, n.º 181.

«Évora, Liberalidade Júlia por decreto dos decuriões, dedicou esta estátua a divo Júlio, por causa da liberalidade que ele usou com os munícipes deste município, no dia da qual dedicação as matronas levaram em dom à madre Vénus uma vestidura pomposa chamada cesto».

O monumento é um pretense pedestal de estátua, moldurado, de mármore do tipo Estremoz/Vila Viçosa (Fig. 3). Para além dos aspectos paleográficos (barra intermédia do E mais curta, abuso das inclusões), a fraseologia não é epigráfica:

- 1 – não se documentam dedicatórias a César divinizado;
- 2 – o nome do dedicante (mormente se colectivo) deveria vir no fim;
- 3 – *illius* não é palavra facilmente usada em epigrafia.



FIG. 3 – Homenagem de Évora ao divino Júlio.

De feição claramente renascentista, visa demonstrar a elevação de Évora à categoria de município, de acordo com as palavras do próprio André de Resende:

«Se esta conjectura me não engana, por liberalidade de Júlio César houve Évora o juro ou direito de município latino, sendo passadas as guerras de Sertório, e porventura com alguns méritos» (o. c., p. 25).

A epígrafe a Lúcio Vocónio Paulo²⁴ reveste-se da maior curiosidade, designadamente devido ao motivo invocado para a homenagem: *ob causas utilitatesque publicas aput ordinem amplissimum fideliter et constanter defensas legatione qua gratuita Romae pro Re Publica sua functus*, ou seja, para usarmos das expressões do próprio André de Resende, «porquanto ele em Roma, diante da ordem amplíssima, defendeu fiel e constantemente as causas e utilidades públicas em uma embaixada em que foi embaixador por esta sua República, à sua própria custa» (p. 30).

Paleograficamente (vide Fig. 4), as anomalias habituais: abundância de nexos e de estranhas inclusões, barras intermédias dos EE e dos FF mais curtas²⁵.

Quanto à personagem, que é suposta natural de Évora, detém um gentílico – *Voconius* – que se não documentou, até agora, na epigrafia da cidade e que, no *conventus Pacensis*, apenas se regista uma vez, em Ammaia (IRCP 632). Se é natural de Évora, deveria ter sido adscrito na tribo Galéria (e foi-o na Quirina).

O seu currículo é, pretensamente, o dum notável municipal que, após ter exercido funções políticas na sua localidade de origem (a edilidade, a questura, o duunvirado por seis vezes!...), atinge o flaminado de Roma, dos imperadores divinizados e dos imperadores reinantes, e passa, depois, para uma carreira equestre militar. Em princípio, a ideia poderia aceitar-se; só que André de Resende desconhecia dois ou três pequenos pormenores: em primeiro lugar, ser duúnviro seis vezes é, de facto, excepcional (temos o caso de L. Cornélio Boco, em Salácia, que o foi por duas vezes e já aí se anota o seu carácter invulgar)²⁶; depois, a passagem da carreira municipal para a carreira equestre faz-se obrigatoriamente através da *praefectura fabrum*, a

²⁴ Cf.: Resende 1790, V, pp. 28-29; Tavares 1963, pp. 29-30; Brito, II, 1609, ff. 59 e 59 v.; CIL II 18*; Barata 1903, p. 70, n.º 180; Pereira 1988, pp. 136-139, 190 (nota 189) e 230.

²⁵ Cf. Encarnação 1971-1975, p. 61 (onde, no entanto, por gralha tipográfica, faltam as gravuras dos nexos).

²⁶ Cf. IRCP, pp. 263 e 743-744.



FIG. 4 – O elogio de Vocônio Paulo.

prefeitura dos artífices, tempo de ‘estágio’ como ajudante de campo de uma personagem influente²⁷, que substituíra o cargo de centurião (somente ocupado por quem viesse de uma carreira militar inferior); além disso, ser

²⁷ Sobre os *praefecti fabrum*, ver, por exemplo: Marquardt, pp. 250-251; Dobson 1965; Saller 1980, passim (v. g.: pp. 45, 50, 56-57); Brunt 1983, p. 43. Uma primeira tenta-

prefeito duma coorte é índice de pertença à classe equestre e, por conseguinte, não se pode ser prefeito e voltar *depois* ao começo da carreira.

Esta epígrafe é, no seu conjunto, um excelente exemplo do modo de «trabalhar» de André de Resende e a prova mais completa de que ele dispôs, para seu uso, de um *corpus* das inscrições de Tarragona²⁸. Tirou uma frase a uma, outra a outra e, retirando-as inteiramente do seu contexto (que, de resto, não conheceria em pormenor), compôs um texto novo, ciente de que – dados os exemplos que colhera – ele deteria toda a verosimilhança e credibilidade.

Ora vejamos:

- a ideia do nome *Voconius* foi colhê-la à epígrafe de *M. Voconius Vaccula*, que foi edil, questor e flâmine (ILER 1577);
- o modo de abreviar estas funções – *aed., q.* – colheu-a na homenagem a P. Licínio Levino, que também foi flâmine de Roma e de Augusto e prefeito duma coorte (ILER 1582);
- o cargo de flâmine de Roma, dos imperadores divinizados e dos imperadores reinantes está sobejamente documentado em Tarragona, por se tratar dum cargo provincial, pormenor que André de Resende deixou escapar (cf. ILER 1589-1592);
- a carreira militar de Vocónio Paulo foi decalcada, em parte, da de L. Numério Félix (ILER 5645), que exerceu funções de centurião em várias legiões, das quais a última foi precisamente a III Itálica;
- o motivo da homenagem resultou da fusão de dois textos tarraconenses, cujo contexto é, naturalmente, bem diverso: André de Resende, referindo a epígrafe ao tempo de Trajano por ocasião duma rebelião peninsular, pretende com ela elogiar os «ofícios de bom cidadão» de Vocónio Paulo, nomeadamente por ter garantido em Roma a fidelidade dos seus conterrâneos; ora, de facto, a homenagem prestada, em Tarragona, ao saguntino Q. Cecílio Rufino (ILER 1304), tem por motivo justamente «ob legationem qua gratuita aput [sic]

tiva de lista dos *praefecti fabrum* documentados na epigrafia da Península Ibérica foi apresentada por Eduardo Gil Garcia, da Universidade de Alcalá de Henares, ao II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, Outubro de 1990).

²⁸ André de Resende esteve em Barcelona e aí copiou inúmeras inscrições, de que terá mesmo chegado a fazer um livro «nomeando os lugares onde viu as pedras e principiando por Barcelona antes de tudo» (Pereira 1988, p. 15, nota 8). De resto, desde muito cedo que a abundância de epígrafes achadas em Tarragona e em Barcelona despertou a curiosidade dos eruditos hispânicos, como é o caso de Finestres (1762).

maximum princ(ipem) Hadrianum aug(ustum) Romae funct(us) est» (repare-se que, inclusive, os nexos, as abreviaturas e os ‘erros’ – aput por apud – foram copiados...); por seu turno, a província da Hispânia Citerior imortalizou o juliobrigense Gaio Ânio Flavo, da tribo Quirina, «ob causas utilitatesque publicas fideliter et constanter defensas» (ILER 1323)²⁹ ...

– finalmente, a epígrafe terá sido colocada publicamente no foro: são expressões não muito frequentes que André de Resende retirou, por exemplo, da inscrição mandada colocar *in foro* por Numísia Vitorina a seu irmão L. Numísio Montano, também ele *aed(ilis)*, *q(uaestor)* e *Ilvir* (ILER 1327); e da epígrafe que os Suburitanos colocaram *publice* a L. Fúrio Faventino (ILER 1326).

Uma derradeira observação prende-se com o nome da cidade: a documentação *epigráfica* existente não nos permite aceitar, sem mais, a identificação de Évora como LIB(*eralitas*) IVL(*ia*) EBORA. Uma das marcas da canalização urbana que tive oportunidade de dar a conhecer aponta exclusivamente para LIB(*eralitas*) IVL(*ia*)³⁰.

Decerto bastariam estes exemplos para nos apercebermos de como, afinal, esta análise pode revestir-se de aspectos deveras aliciantes. Mas seja-me permitido acrescentar, ainda que sumariamente, mais alguns dados.

O já referido monumento a Volusiano³¹ merece também uns minutos de atenção (Fig. 5).

Prefeito da I coorte dos cidadãos romanos, Volusiano saíra vencedor em seis desafios (*sexies provocato victor*) e foi honrado pelos seus generais (*ab imperatoribus*) com duas lanças puras, três bandeiras, duas coroas cívicas, uma mural e quatro obsidionais³². Por esse motivo e «ob merita eius in

²⁹ A mesma expressão surge em CIL II 415*, que Fabre e Mayer (1984, p. 184) reabilitaram, referente a um *C. Publicius Melissus*. Vide também o comentário concordante do saudoso Jean-Noël Bonneville (ibidem, p. 194).

³⁰ Vide Encarnação 1990, p. 234 e fig. 1.

³¹ Vide: Resende 1790, V, pp. 29-30; Tavares 1963, pp. 30-31; Brito, II, 1609, f. 59v.; CIL II 19*.

³² A título de curiosidade, poder-se-á ver, com proveito, o que a propósito das recompensas de âmbito militar escreve Charles Dezobry (1886, III, carta CXVII), com elevada dose de pitoresco mas sempre solidamente baseado nas fontes literárias: a hasta pura constituía prémio de excepcional valentia demonstrada em combate singular (ibidem, p. 296); a coroa obsidional era atribuída «tão raramente que o número daqueles que a obtiveram desde os primeiros séculos de Roma até aos nossos dias não se eleva a mais de sete ou oito; o divino Augusto (...) foi o último que a recebeu» (ibidem, p. 301)...

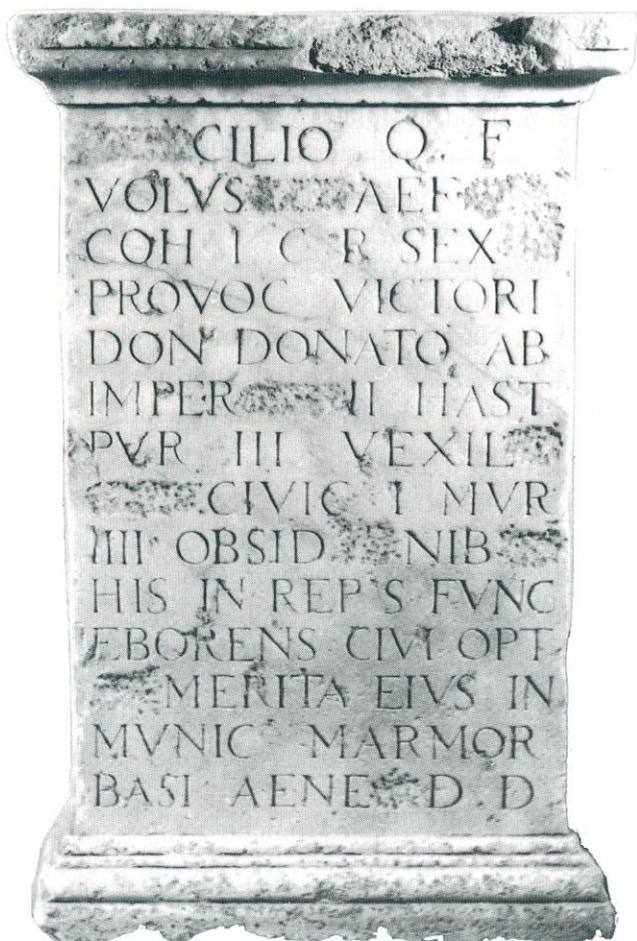


FIG. 5 – A base honorífica de Volusiano.

municipium», os decuriões de Évora quiseram erguer-lhe uma estátua. Não se compreende bem se a estátua é de mármore e a base de bronze ou se, como parece mais lógico, o pedestal de mármore e a estátua de bronze.

Não nos debruçámos sobre o conteúdo literário do texto. Um termo como *provocatus*, desafiado, não se detectará facilmente na epigrafia; e, para além do seu já referido carácter verdadeiramente excepcional, as insígnias entregues recordarão os discursos de finais da República e as descrições dos triunfos militares mais do que a habitual sobriedade duma epígrafe peninsular.

Sobre os ecos da epigrafia de *Tarraco* na terminologia adoptada, bastará, a título exemplificativo, referir que a expressão *omnibus honoribus in*

Re Publica sua functus é, aí, assaz frequente (contei trinta ocorrências mencionadas nos índices de RIT, pp. 506-507); e que o atributo «civi optimo» se regista na dedicatória a M. Fábio Paulino, «equo publico donato ab imperatore Caesare Hadriano Augusto» (ILER 1329).

O que ora me parece de salientar, de novo, é o facto de André de Resende dizer «quando eu acudi, tinham já os pedreiros um pedaço dela quebrado e posto na obra, sem o resguardar, de modo que o não pude haver». Mas, afinal, dá o texto praticamente na íntegra e as lacunas que se mostram na pedra foram feitas de propósito, inclusive sem gravação prévia.

O monumento a Gaio António Flavino³³ é, aparentemente, tão romano, que Hübner o inseriu, a princípio, no rol dos textos autênticos (CIL II 115), limitando-se a transcrever as suspeitas de Mommsen:

- a) o formulário alusivo aos prémios (colar de ouro e soldo dobrado) poderia ter sido colhido num passo de Vegécio que também se refere, de seguida, aos *hastati*;
- b) a muita rara alusão aos *hastati* sem qualquer outro qualificativo (*prior, posterior*);
- c) a ausência de referências aos *seviri iuniores*, só conhecidos através de Apiano.

Mommsen voltará a debruçar-se sobre a epígrafe, transformando as suspeitas em certezas, e Hübner, concordando, sugere a hipótese de Resende ter forjado o texto a partir de CIL V 4365.

Do ponto de vista formal, tudo parece correcto. Esperar-se-ia uma ara, mas como há uma forte conotação honorífica no texto...: a molduração profusa não obedece aos canones estéticos habituais, mas lá está, segundo um eixo de simetria, a consagração aos deuses Manes; a fórmula final F. C.; os E com as barras iguais... O pior é, de facto, a fraseologia: o uso de abreviauras e de frases e palavras que são do domínio literário. Para além da circunstância de os séxviro serem recrutados entre os libertos e Flavino vir identificado como *ingenuus*... E André de Resende (vide Fig. 6) teve mesmo o cuidado de mandar esculpir, do lado direito, um jarro e, na face lateral esquerda, uma pátera – quase à maneira romana, porque o jarro é habitualmente do lado esquerdo e a pátera do lado direito.

Abordámos alguns dos muitos tópicos possíveis de colher numa obra tão vasta e tão densa de significado como a de André de Resende:

³³ Resende 1790, V, p. 26. Vide IRCP, p. 443.

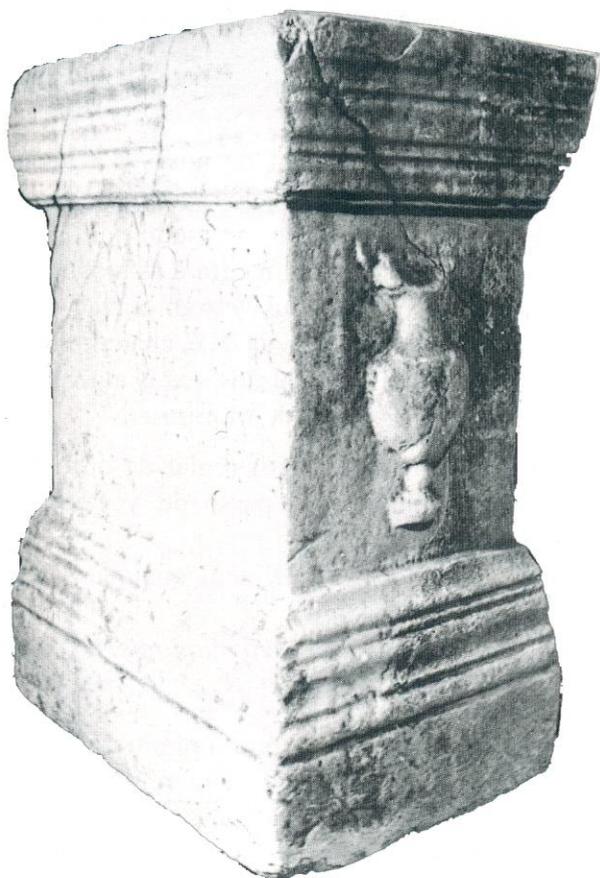


FIG. 6 – O jarro do altar funerário de António Flavino.

- o tratamento dado a inscrições autênticas;
- o «caso» da flamínia Labéria Gala;
- o conjunto dos textos dedicados a Sertório;
- o estudo de uma ara funerária do Museu Regional de Évora por ele mandada forjar e duma inscrição honorífica que chegou a ser tida como autêntica;
- o enaltecimento do heroísmo lusitano.

Talvez se possam alinhar, agora, alguns pontos em jeito de síntese.

Diríamos, em primeiro lugar, que esta invenção de inscrições é uma invenção *técnica*. Técnica, porque, no fundo, só o olhar arguto do especialista, hoje, consegue discernir o trigo do joio e, mesmo assim, nem sempre com facilidade, como vimos.

A cultura epigráfica e histórica de Resende era grande³⁴. Conhecia os clássicos, conhecia monumentos directa e indirectamente (através, por exemplo, de *corpora* e dos relatos de viagens na época tão frequentes).

Para dar verosimilhança aos seus «produtos», colheu uma frase aqui, outra acolá; mandou inclusive gravar monumentos à maneira antiga, com decoração adequada, com abreviaturas, siglas, nexos, pontuação, grafias arcaicas e frases a condizer; quis mostrar, até, que havia palavras truncadas ou marteladas; insistiu em pormenorizar como reais as circunstâncias do achamento e o actual paradeiro das peças referidas.

Deixa-se o humanista seduzir pela poderosa magia das pedras escritas. Mistura os ingredientes para lhes transmitir outros poderes. O feitiço surte efeito imediato naqueles que, incautamente, também se deixam seduzir. Há mesmo quem tente outras poções com outros efeitos. Mas, por fim, a realidade acaba por vir ao de cima e o feiticeiro, se não se acautela, sobretudo se for aprendiz, corre sério risco de ser penalizado.

Foi André de Resende um aprendiz incauto ou sagaz?

No cômputo geral da sua obra, na sábia utilização que fez da epigrafia, inclino-me a tê-lo mais na conta de sagaz que de incauto. Claro que o traíram desconhecimentos normais para o seu tempo – a composição das molduras, a estereotipada sequência dos *cursus honorum*, o rigor e a sobriedade da linguagem epigráfica em contraste com a prolixa erudição dos textos literários...

Mesmo assim, uma invenção *técnica*.

E uma invenção *intencional*.

Adivinhámo-lo logo no começo: prezava, acima de tudo, a antiguidade da sua Évora, da sua Lusitânia. E não hesitou em exalçá-la.

Competirá aos historiadores que estudam esta época descortinarem, por comparação com outros elementos patentes na documentação – mormente literária – se algo, então, pairava já no ar acerca dos perigos de perda da autonomia. Filipe II casara, em 1543, com D. Maria, filha primeira sobrevivente de D. João III; a irmã de Filipe II, Joana, desposara, em 1552, o príncipe D. João, herdeiro do trono português, precisamente aquele a quem é dedicada a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* (editada, pela

³⁴ «Afinal, André de Resende, se pode ter inventado algumas inscrições romanas, à maneira do seu tempo, em toda a Europa, para exaltar Évora, sua cidade natal, nem por isso é um inveterado mistificador. Pelo contrário, quando percorridos com atenção, os seus livros em latim e em português revelam-nos uma das personalidades mais ricas intelectual e espiritualmente da cultura europeia do século XVI» (Ramalho 1975-1976, p. 15).

primeira vez, recorde-se, em 1553). D. Sebastião nascerá em 1554, pouco tempo após a morte do pai³⁵, ficando assim como único sobrevivente dos onze descendentes directos do rei D. João III († 1557). O ideal da união ibérica ganhava, pois, fartos adeptos. Ao realçar o valor dos Lusitanos, André de Resende punha-se decididamente do lado daqueles que se não deixavam inebriar por fagueiras e vãs promessas³⁶. Não que o diga claramente na sua obra. Sugere-o. Tanto assim que um dos seus mais fiéis «discípulos», Frei Bernardo de Brito, não hesitará em tecer este comentário, a propósito da dedicatória ao valoroso Q. Cecílio Volusiano:

«Fiz menção deste bom soldado português, assim pelo merecer seu valor e me parecer que podia viver nestes tempos como para verem os que hoje vivem quão diferente foi a natureza dos Portugueses antigos, em premiar merecimentos de seus naturais, da que agora vemos tão inclinada aos sepultar e abater por todas as vias possíveis»³⁷.

³⁵ O poema «Ad Sebastianum Lusitaniae Regem Serenissimum ob Regni acceptum regimen», da autoria de André de Resende, «recorda a alegria da madrugada em que a população de Lisboa soube que o País tinha rei seu natural – tema tratadíssimo, em prosa e em verso, pelos humanistas do tempo» (Ramalho 1988, p. 146). Da mesma sorte, o seu trágico desaparecimento provocou um desgosto generalizado, bem patente na oração fúnebre que Aquiles Estaço pronunciou por ocasião das exéquias do jovem rei (Pereira 1991, p. 73, nota 123) ou na proposta de epitáfio que Diogo Pires lhe quis fazer: «Aqui jaz o rei português. Marte ímpio foi o responsável por esta morte; ele não perdoa a varões corajosos; e, com o rei, jaz a liberdade antiga e toda a glória da gente fidalga e toda a sua honra» (André 1983, p. 75). Poderá ainda ver-se sobre esta temática, designadamente no que respeita à literatura versando a prematura morte do Príncipe D. João e o auspicioso nascimento de D. Sebastião, a nota 120 (p. 831) de Pinho 1987, não esquecendo os conhecidos versos de Camões: «E vós, ó bem nascida segurança / da lusitana antiga liberdade» (*Lusíadas*, I, 6).

³⁶ Como escreve o Doutor Rosado Fernandes, a imagem dos Lusitanos-Portugueses cinzelada por André de Resende convém à sua época «um pouco perturbada, com um D. Sebastião demasiado jovem no trono, no meio de intrigas palacianas favoráveis à aproximação com Espanha» (1984, p. 504). Integra-se André de Resende, acrescenta este Autor (p. 505), num «discreto movimento de pré-resistência» contra os Espanhóis. Para além das questões de índole meramente política, noutras razões radicou a má vontade que André de Resende guardou toda a vida a ‘nuestros hermanos’, entre elas, a discriminação de que então eram alvo, nas universidades espanholas, os candidatos portugueses: vide Ramalho 1988, p. 57. Sobre esta rivalidade, veja-se também a notável síntese feita pela Dra. Virgínia Pereira (1988, pp. 34-43), que sublinha o interesse de André de Resende em «dar a Portugal o lugar a que tem direito no concerto das nações hispânicas» (p. 43).

³⁷ Brito II, 1609, f. 59v. Recorda Rosado Fernandes (1984, p. 503): «Mas a verdade é que os documentos falsificados detêm uma finalidade: [...] a exaltação patriótica e a defesa da nacionalidade e, para Resende, o fim justifica os meios».

Concluindo:

Os exemplos aduzidos permitiram-nos, por conseguinte, sublinhar a existência claramente diferenciada de dois tipos de linguagem: a epigráfica e a erudita. Tem a primeira regras bem claras, sequências lógicas, figurinos fixos; à segunda se permite o voo poético, a frase pomposa, os jogos de imaginação.

Uma análise crítica da obra de André de Resende e, de um modo geral, dos escritores renascentistas no que aos monumentos epigráficos diz respeito, atenderá, portanto, aos seguintes aspectos:

- a) se o *monumento existe*: o material em que é feito, a pátina, a tipologia, a molduração, a paleografia (U em vez de V, barras desiguais dos EE e dos FF, pontos no nível inferior da linha, abundância e carácter inusitado dos nexos e inclusões);
- b) se o *monumento não existe*: o contexto em que é aduzido, o conteúdo (encomiástico ou não), o estilo (literário?), a análise dos pormenores curriculares...

Que perspectivas para a investigação?

- 1 – no âmbito da história das mentalidades: o porquê das falsificações, a atitude perante elas;
- 2 – no âmbito da história literária: de que fontes se serviram os humanistas?
- 3 – no aspecto epigráfico propriamente dito: que *corpora* então circulavam? Que conhecimentos havia?

Quer isto dizer que urge reabilitar André de Resende e os demais³⁸.

³⁸ Na última década, com outros olhos se encara já o falso epigráfico e o agente falsificador. Também a inscrição falsa é um documento cultural, fruto duma época e duma motivação, que interessa pôr em realce. Na mesa-redonda sobre epigrafia da Península Ibérica, realizada em Bordéus (Dezembro de 1981), o tema foi amplamente debatido: cf. as comunicações de Fabre e Mayer (1984), de Le Roux (1984) e a discussão a que deram azo (ibidem, pp. 194-196). Veja-se, a título de exemplo, o trabalho levado a cabo por Georges Fabre (1980) em relação a três epígrafes falsas da colecção do Marquês de Monsalud; e também as judiciosas considerações feitas por Silvio Panciera no prefácio ao seu livro sobre Girolamo Asquini (1970, pp. 9-11), de que me apraz transcrever o seguinte passo:

«Faço votos, por isso, de que se multipliquem nos próximos anos as investigações sobre as falsificações epigráficas [...]. É este, aliás, um campo de estudos que merece ser cultivado, não só devido às rejeições ou recuperações epigráficas e reabilitações totais ou par-

Quis Emílio Hübner caracterizar desta forma André de Resende: «*Quanquam insignem eum fuisse falsarium constat ex longa titulorum sine dubio ab ipso fictorum serie*».

Apenas um falsário³⁹, portanto? Nem por sombras!

Excedeu-se um pouco o Mestre, nada mais. Leu mal uma inscrição, inventou outra, interpretou aquela como mais lhe convinha. Mas também deu a conhecer inúmeras inscrições autênticas, recolheu-as, soube captar-lhes a importância fundamental que detinham como fonte histórica imprescindível.

Esse, o seu mérito incomparável.

Deixou-se levar, porém. Mas, perante a força probatória duma inscrição milenar, quem há aí que não se sentisse tentado a contar até o que nunca tinha visto?

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO (Jorge de), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988.
ALARCÃO (J.) *et alii*, «Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine», *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, 1990, pp. 319-329.
ANDRÉ (Carlos Ascenso), *Diogo Pires – Antologia Poética*, Coimbra, 1983.
BARATA (A. Fr.), *Catálogo do Museu Archeologico da Cidade de Évora*, Évora, 1903.
BELTRÁN LLORIS (Francisco), *Epigrafia Latina de Saguntum y Su Territorium*, Valência, 1980.

ciais que, antes do mais, nos vai permitir, mas também por causa do interesse que está subjacente ao fenómeno, também ele ‘cultural’, da falsificação, enquanto tal, deste tipo particular de documentos bem como aos seus diversos cambiantes e motivações» (p. 11).

Daí a conclusão de Rosado Fernandes em relação ao *De Antiquitatibus Lusitaniae*:

«Apenas é necessário ter um certo sentido de humor e alguma tolerância para aceitar que mesmo o que é inventado pode deter importância como documento, sobretudo quando se integra num livro apologético das origens lusitanas dos Portugueses, novo género de guia ‘turístico’ e de manual de geografia, de história, de antiguidade e de coragem dos Portugueses» (1984, p. 505).

³⁹ Não utilizei, propositadamente, o termo «falsário», que Silvio Panciera não hesitou em atribuir a Girolamo Asquini. Em vez de falsificação preferi invenção, palavra que melhor se coaduna, em meu entender, com a atitude assumida por André de Resende: na verdade, ele apenas inventou, no sentido etimológico do vocábulo *invenire*, «encontrar». Veja-se que o próprio Doutor Rosado Fernandes preferiu, a dado passo da sua análise (1984, p. 503), usar os dois termos lado a lado: «Devemos admitir que Resende se encaminha conscientemente (...) pela via da falsificação e da invenção».

Sobre o espírito que presidiu à invenção de inscrições por parte de André de Resende e, também, acerca da «erudita indignação» que tal atitude suscitou em Hübner, cf., ainda, Fernandes 1984, pp. 501-503.

- BRANDÃO (Domingos de Pinho), «Epigrafia romana coliponense», *Conimbriga*, 11, 1972, pp. 41-192.
- BRITO (Fr. Bernardo de), *Monarquia Lusitana...*, Lisboa; 1.^a edição: I 1597, II 1609; 2.^a edição: I e II 1690.
- BRUNT (P. A.), «Princeps and equites», *Journal of Roman Studies*, 73, 1983, pp. 42-75.
- CARDOSO (Mário), «Viriato», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, IV, Lisboa, 1971, pp. 329-332.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1869 e 1892 (suplemento). (A numeração aposta à sigla indica o número da inscrição no catálogo; se tiver um asterisco, trata-se de inscrição considerada falsa).
- DEZOBRY (Charles), *Rome au Siècle d'Auguste ou Voyage d'un Gaulois à Rome à l'Époque du Règne d'Auguste et pendant une Partie du Règne de Tibère Accompagné d'une Description de Rome sous Auguste et sous Tibère*, Paris, 1886, 4 volumes.
- DOBSON (B.), «The praefectus fabrum in the early Principate», *Britain and Rome* (Essays presented to E. Birley), Kendal, 1965, pp. 61-84.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Autenticidade em Epigrafia – As inscrições de Cuba e Vila da Baronía», *Arquivo de Beja*, 28-32, 1971-1975, pp. 57-62.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Sociedade Romana e Epigrafia*, Setúbal, 1979.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Uma homenagem a Agripina, mulher de Germânico», *Conimbriga*, 28, 1989, pp. 157-167.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Religião e cultura na epigrafia de *Liberalitas Iulia* (Subsídios para o seu estudo)», *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, 1990, pp. 233-253. Também publicado, com ligeiras adaptações, in *A Cidade de Évora*, 69-70, 1986-1987, pp. 5-19, sob o título «Religião e cultura na Évora dos Romanos».
- FABIÃO (Carlos), «Para uma História da Arqueologia em Portugal», *Penélope*, 2 (Fevereiro 1989), pp. 9-26.
- FABRE (Georges), «À propos de trois faux du Musée d'Igualada», *Faventia*, 2/1, 1980, pp. 139-152.
- FABRE (Georges) et MAYER (Marc), «'Falsae et alienae': quelques aspects de l'application des critères d'E. Hübner à l'épigraphie romaine de Catalogne», *Epigraphie Hispanique – Problèmes de Méthode et d'Édition*. Paris, 1984, pp. 181-193.
- FARIA (Maria da Graça Pericão de) e FARIA (Maria Isabel Ribeiro de), *Edições Quinhentistas de Damião de Góis e de André de Resende Existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1974.
- FERNANDES (Raul Miguel Rosado), «Méthodologie et histoire dans *De Antiquitatibus Lusitaniae*», *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Paris, 1984, pp. 487-505.
- FINESTRES ET DE MONSALVO (Josephus), *Sylloge Inscriptionum Romanarum, quae in Principatu Catalauniae vel Exstant vel aliquando Exstiterunt, Notis et Observationibus Illustratarum*, Cervariae Lacetanorum, 1762.
- GIL GARCIA (Eduardo), «Los praefecti fabrum en la Peninsula Iberica», II *Congresso Peninsular de História Antiga – Actas*, Coimbra, 1992, pp. 753-765.
- ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972 (índices). (A numeração aposta à sigla indica o número da inscrição no catálogo).
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra, 1984. (A numeração aposta à sigla indica o número da inscrição no catálogo).

- LE ROUX (Patrick), «Autour de la notion d'inscription fausse», *Epigraphie Hispanique – Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, 1984, pp. 175-180.
- MARQUARDT (Joachim), *De l'Organisation Militaire chez les Romains*. Trad. francesa de M. Brissaud, da 2.^a edição alemã (1884), Paris, s/ d. (Vol. XI do *Manuel des Antiquités Romaines*).
- MARTINS (Isaltina das Dores Figueiredo), *Bibliografia do Humanismo em Portugal no Século XVI*, Coimbra, 1986.
- PANCIERA (Silvio), *Un Falsario del Primo Ottocento: Girolamo Asquini e l'Epigrafia Antica delle Venezie*, Roma, 1970.
- PEREIRA (Belmiro Fernandes Pereira), *As Orações de Obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra, 1991.
- PEREIRA (Virgínia Soares), *André de Resende – Carta a Bartolomeu de Quevedo*, Coimbra, 1988.
- PINHO (Sebastião Tavares de), *Lopo Serrão e o seu Poema Da Velhice*, Coimbra, 1987.
- RAMALHO (Américo da Costa), «A palavra *Lusíadas*», *Humanitas*, 27-28, 1975-1976, pp. 3-15.
- RAMALHO (Américo da Costa), *Estudos Camonianos*, Lisboa, 1980.
- RAMALHO (Américo da Costa), *Para a História do Humanismo em Portugal – I*, Coimbra, 1988.
- REBELO (Luís Sousa), «Resende, André de», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, III, Lisboa, 1971, pp. 606-608.
- RESENDE (André de), *De Antiquitatibus Lusitaniae Caeteraque Historica, quae Extant*, Évora, ¹1593, Coimbra, ²1790 (dois tomos).
- RESENDE (André de), *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, Lisboa, ³1783. Incluída no vol. *Obras Portuguesas*, da Coleção Clássicos Sá da Costa, adiante citado (vide TAVARES), pp. 1-69.
- RIT = ALFÖLDY (Géza), *Die Römischen Inschriften von Tarraco*, Berlim, 1975. (A numeração aposta à sigla indica o número da inscrição no catálogo).
- RUGGIERO (E. de), *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane*, Roma, 1961.
- RUSSU (Ioan I.), *Inscriptiile Daciei Romane*, III: *Dacia Superior*, 2 (Sarmizegetusa), Bucareste, 1980; 3 (Região central), Bucareste, 1984.
- SALLER (R. P.), «Promotion and patronage in equestrian careers», *Journal of Roman Studies*, 70, 1980, pp. 44-63.
- SANTERO SANTURINO (José María), *Asociaciones Populares en Hispania Romana*, Sevilha, 1978.
- SERRÃO (Eduardo da Cunha), «Sertório», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, III, Lisboa, 1971, pp. 843-844.
- TAVARES (José Pereira), *André de Resende – Obras Portuguesas*, Lisboa, 1963.

Fotografias de GUILHERME CARDOSO